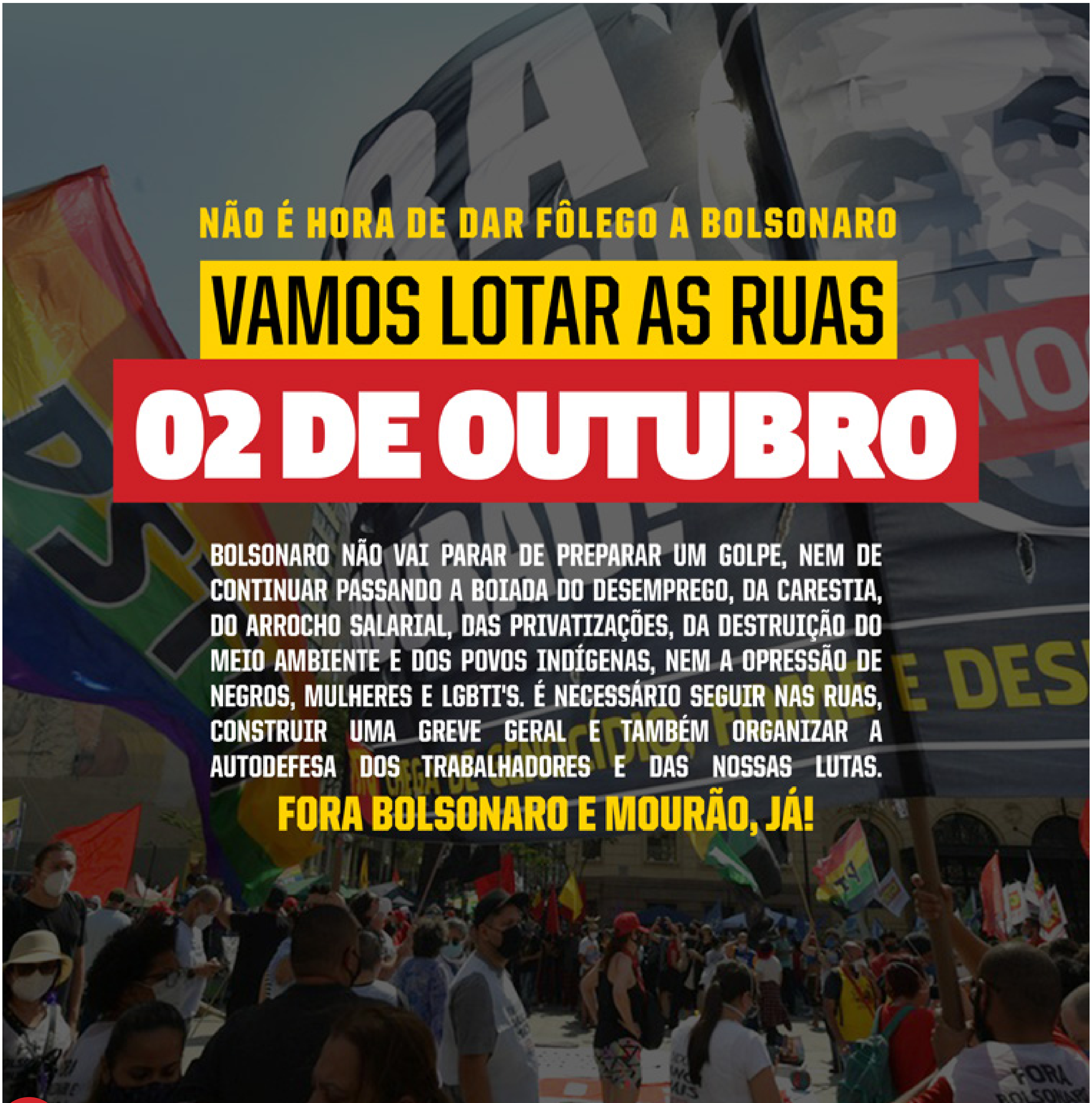
OPINIÃO SOCIALISTA

PSTU

Nº621
De 15 a 29 de setembro
Ano 23

R$2 | (11) 9.4101-1917 | PSTU Nacional | www.pstu.org.br | @pstu | Portal do PSTU | @pstu_oficial

LIT-QI
Liga Internacional dos Trabalhadores Quarta Internacional



NÃO É HORA DE DAR FÔLEGO A BOLSONARO

VAMOS LOTAR AS RUAS

02 DE OUTUBRO

BOLSONARO NÃO VAI PARAR DE PREPARAR UM GOLPE, NEM DE CONTINUAR PASSANDO A BOIADA DO DESEMPREGO, DA CARESTIA, DO ARROCHO SALARIAL, DAS PRIVATIZAÇÕES, DA DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DOS POVOS INDÍGENAS, NEM A OPRESSÃO DE NEGROS, MULHERES E LGBTI'S. É NECESSÁRIO SEGUIR NAS RUAS, CONSTRUIR UMA GREVE GERAL E TAMBÉM ORGANIZAR A AUTODEFESA DOS TRABALHADORES E DAS NOSSAS LUTAS.

FORA BOLSONARO E MOURÃO, JÁ!

PDF INTERATIVO - CLIQUE NO QR CODE > DAS MATÉRIAS E VÁ DIRETO PARA O SITE

páginadois

CHARGE



"Sai, Alexandre de Moraes, deixa de ser canalha, deixa de oprimir o povo brasileiro!"



Bolsonaro, no dia 7 de setembro, na Av. Paulista

ESCÓRIA

Caminhões do agronegócio



De quem eram os caminhões estacionados na Esplanada dos Ministérios durantes os atos golpistas de Bolsonaro? De acordo com uma apuração do site "De Olhos nos Ruralistas", os vários caminhões que entraram na área destinada apenas ao público pertenciam a um setor do agronegócio que apoia o genocida. É gente envolvida com trabalho escravo e roubo de terras. Entre eles estavam veículos da Dez Alimentos, de Morrinhos (GO), uma das maiores processadoras de tomate do Brasil. O dono, Paulo César Chiari, e seus sócios foram processados há nove anos por submeterem trabalhadores rurais à condição análoga à de escravidão. Outra empresa que esteve na Esplanada foi a Sidersa, uma das siderúrgicas apontadas como responsáveis pela desestruturação do Cerrado, no norte de Minas Gerais, e pela expropriação de terras das comunidades tradicionais.

ASSASSINATOS

Cresce a violência contra ambientalistas e indígenas



A América Latina lidera o registro de mortes de defensores ambientais. Em 2020, três quartos dos assassinatos ocorreram no subcontinente, diz o relatório da "Global Witness". O Brasil, com 20 assassinatos, é o 4º país com mais mortes de ambientalistas no mundo, atrás da Colômbia (65 mortes), México (30) e Filipinas (29). Sete dos dez países mais afetados por assassinatos de ambientalistas são latino-americanos, onde, também, há altos índices de impunidade. A organização considera a hipótese de haver subnotificação devido às condições de monitoramento em cada país. De acordo com outra pesquisa, o "Atlas da Violência 2021", mais de 2 mil indígenas brasileiros foram assassinados entre 2009 e 2019. Nessa década, a taxa de mortes violentas de indígenas aumentou 21,6%. Só em 2019, foram registrados 113 assassinatos e 20 homicídios culposos que, somados a outros casos de violências praticadas contra os indígenas, totalizavam 277 casos – o dobro do registrado em 2018. Mas, o número de assassinatos em 2019 pode ser ainda maior porque, como o "Atlas" explica, naquele ano houve um aumento de 35% de mortes violentas por causa "indeterminada".

Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.
CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPOSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica Atlântica

CONTATO

FALE CONOSCO VIA **WhatsApp**
Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta
(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Ato unitário, greve geral, autodefesa e a alternativa dos trabalhadores

Bolsonaro sofreu uma derrota no 7 de setembro, mas não abandonou seu projeto de ditadura. Pelo contrário, ele já indicou que continua com essa carta na manga no caso de perder as eleições no ano que vem. Para concretizar o Fora Bolsonaro e dar cabo de vez de suas ameaças, é necessário ir às ruas e fazer manifestações muito maiores que as que já fizemos.

Movimentos da direita liberal, como o MBL e o Vem Pra Rua, convocaram manifestações a fim de fortalecerem uma "terceira via" eleitoral no último 12. Setores do PT e do PSOL, além de outras organizações menores como o PCO, declararam que não iriam para as ruas ao lado desses setores. Mas, se era correto não ir nos atos do dia 12 que não foram convocados de forma unitária, é um absurdo vetar, na unidade de ação, qualquer setor que esteja pelo Fora Bolsonaro e contra seu golpismo.

E não deixa de ser contraditório que coloquem como se fosse a mesma coisa unidade ação para lutar e unidade eleitoral. Principalmente, não falam nada sobre a aliança para governar que o PT constroi com pesos pesados da burguesia, seus partidos e até mesmo o centrão.

Para massificar a luta pelo Fora Bolsonaro é preciso fazer unidade de ação com todos que estejam dispostos a dar cabo deste governo e parar a preparação de golpe. Ninguém deve ser vetado, inclusive o MBL. Outra coisa é que a classe trabalhadora não deve nem perder sua independência política, nem se limitar sua pauta a esse ponto unitário.

A NECESSIDADE DA GREVE GERAL

Mesmo em unidade de ação com seus inimigos, a classe trabalhadora não pode perder sua independência política e capacidade de ação. Não há nenhuma garantia de que tais setores levarão até o fim a mobilização pelo Fora Bolsonaro. Pelo contrário, a burguesia e seus representantes como Dória, MBL, Temer, o centrão e a maioria do Congresso já deram mostras que preferem mantê-lo lá. Mas também nem Lula ou a direção do PSOL querem de fato derrubar Bolsonaro agora. A prioridade deles é 2022.

A classe trabalhadora precisa botar fora Bolsonaro e Mourão, já, acabando com as ameaças às liberdades democráticas. A ação mais forte para isso é a Greve Geral. Construir o dia 2 de outubro de forma unitária deve se dar conjuntamente à preparação da Greve Geral e a defesa de nossas pautas por dois motivos: o primeiro é que não há qualquer garantia de que os liberais vão até o fim na luta por derrotar esse governo. Segundo, porque a classe trabalhadora quer derrotar também a boiada que todos eles querem passar sobre nós.

AUTODEFESA E CHAMADO AOS PRAÇAS E SOLDADOS

Neste contexto de aprofundamento da polarização e ameaça da ultradireita, ganha cada vez mais importância a necessidade de se organizar a autodefesa da classe trabalhadora (leia mais na página 10). E também o chamado a que os praças e soldados não embarquem no falso discurso de Bolsonaro. O governo quer organizar suas próprias milícias na base dos militares. No entanto, ao mesmo tempo em que ele privilegia a alta cúpula das Forças Armadas, com salários de marajá e cargos nas estatais, a base, tanto dos soldados quanto das Polícias Militares, sofre com os mesmos ataques e a mesma política econômica que o restante da classe trabalhadora.



É preciso fazer um chamado a que praças e militares não atendam à campanha do bolsonarismo e, ao contrário, apoiem os trabalhadores e a população pobre em sua luta. Que não atendam a ordens de reprimir manifestações e que estejam ao lado da classe.

ORGANIZAR UM POLO SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Se para botar fora Bolsonaro devemos unir na luta todo mundo que concorde com isso, quando se trata de discutir o que queremos colocar no seu lugar, e que projeto de país defendemos, a história é outra. Por isso, precisamos lutar para botar abaixo Bolsonaro, mas também por emprego, salário e direitos. Já a burguesia quer continuar atacando a classe e passando a boiada, e está fazendo isso com Bolsonaro.

Para apontar uma saída da classe para a crise capitalista do país, que enfrente banqueiros, grandes empresários e multinacionais, ruralistas, organizando os debaixo para lutar e defender emprego, salário, terra, saúde, educação e soberania, assim como o fim de toda opressão sobre negros e negras, mulheres, LGBTIs, indígenas, imigrantes, etc., precisamos de um polo independente e sem nenhum rabo preso com a burguesia, capaz de defender e lutar pela igualdade e fazer os ricos pagarem pela crise.

Um polo que, ao contrário da frente ampla, de Lula, do PT, defendido pela maioria do PSOL, com banqueiros, empresários e políticos da burguesia, una os debaixo para lutar pela redução da jornada sem redução dos salários; um plano de obras públicas necessárias e ecológicas para acabar com o desemprego; pela defesa do SUS e da educação pública (estatais, gratuitos e sob controle dos trabalhadores); em defesa das terras indígenas, quilombolas e pela reforma agrária; em defesa do meio ambiente; pelo fim da carestia e por aumento geral dos salários, com o fim da precarização do trabalho.

Para isso, é necessário suspender o pagamento da dívida aos banqueiros, anular as privatizações e reestatizar as empresas privatizadas, sob controle dos trabalhadores; impor um imposto fortemente progressivo e a taxação em 50% das grandes fortunas e dos lucros e dividendos das 200 maiores empresas (bancos, indústria, comércio e agronegócio); e revogar a reforma trabalhista e previdenciária. Um polo que defenda até o fim a luta contra Bolsonaro, mas que, além disso, coloque a necessidade de que os trabalhadores governem, através de conselhos populares, para mudar de fato o Brasil.

LEIA NO SITE:
HTTPS://BIT.LY/3KDD8H1

ESTRATÉGIA

Manifesto propõe a construção de um Polo Socialista e Revolucionário

No dia 7 de outubro haverá uma grande plenaria nacional (virtual) , na qual debateremos o lançamento do Manifesto, a ampliação do trabalho com ele, e o início desse processo de construção do Polo

DA REDAÇÃO



O Brasil enfrenta uma profunda crise social, econômica e sanitária. A fome, a miséria, o desemprego; os sucessivos ataques de Bolsonaro aos direitos dos trabalhadores; as opressões racista, machista, xenófoba e LGBTIfóbica; a destruição do meio ambiente; a corrupção; a violência e as quase 600 mil mortes pela pandemia escancaram a barbárie do capitalismo. Enquanto isso, meia dúzia de banqueiros, grandes empresários e latifundiários, nacionais e estrangeiros, ficaram ainda mais ricos. Ricos não, bilionários!

Essa situação, cada vez mais insuportável, tem dando vazão ao grito de "Fora, Bolsonaro!", colocando na ordem do dia a luta para derrubar, já, o seu governo genocida. No entanto, a maioria da esquerda reformista, como o PT e a direção majoritária do PSOL, fazem corpo mole na luta pelo "Fora Bolsonaro", pois apostam em derrotá-lo nas eleições de 2022, em uma frente ampla que integre capitalistas, banqueiros e as velhas raposas políticas do Centrão.

Mas essa política, além de ser perigosa, pois subestima as ameaças autoritárias de Bolsonaro que visa implementar uma ditadura no país, reedita a velha conciliação de classes que possibilitou a eleição de Bolsonaro e a trágica situação atual.

Enquanto isso, setores do empresariado buscam viabilizar uma "via de centro" ou "terceira via", que nada mais é do que uma candidatura de direita, comprometida com a política neoliberal que vem levando o Brasil ao apagão de direitos e à entrega da nossa soberania.

UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA PARA A BARBÁRIE

É nesse contexto que se apresenta a necessidade da construção de uma alternativa socialista à barbárie promovida pelo capitalismo. Por isso, lideranças, ativistas e militantes dos movimentos sociais, de trabalhadores da cidade e do campo, defendem a necessidade urgente de se construir um Polo Socialista e Revolucionário para o Brasil, como alternativa para as lutas e nas eleições.

Com este objetivo, estão apresentando um manifesto para construí-lo que parte de uma compreensão comum: a necessidade de uma revolução para acabar com exploração capitalista. "Para acabar com o controle que essa classe dominante tem sobre o país, é necessário fazer uma revolução dos 'de baixo' para derrubar os 'de cima'; uma revolução socialista para jogar por terra as instituições deste Estado que aí está e mantém o povo subjugado pelos bancos e pelos grandes empresários. É preciso fazer isso para que classe trabalhadora e o povo pobre possam assumir o controle do poder político e governar o país: um governo socialista, da classe trabalhadora e do povo pobre", explica o documento.

O manifesto chamando a construção do Polo já reúne várias adesões e estão sendo promovidos debates com os ativistas que concordem com a proposta para a construção de um programa socialista para o país. Esse programa do Polo deve ser construído por todos os que se disponham a ser parte desse processo, em uma discussão plural, coletiva, aberta. Assim, os grupos e ativistas que se incorporem a esse processo serão sujeitos de uma construção aberta, que recém se inicia. É muito importante essa característica de construção coletiva porque significa a integração ativa desses ativistas, não como uma assinatura no manifesto, mas como parte dessa formação e desenvolvimento do Polo em todos os sentidos, em particular na discussão programática e na busca de novos parceiros.

No dia 7 de outubro haverá uma grande plenaria nacional (virtual) , na qual debateremos o lançamento do Manifesto, a ampliação do trabalho com ele, e o início desse processo de construção do Polo

Magno de Carvalho, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) e da Secretaria Nacional da CSP-Conlutas, é um dos signatários do manifesto. Ele explica que a importância da construção do Polo se deve ao fato de que neste "momento em que a crise estrutural do capitalismo, que se aprofunda drasticamente com a pandemia, se escancara a falência do sistema para lidar com a combinação da crise econômica profunda com a crise sanitária catastrófica e a crise política. Mais que nunca se coloca a necessidade de uma alternativa socialista e revolucionaria. É preciso derrubar o governo Bolsonaro e Mourão, combatendo as ilusões eleitorais, apontadas por setores reformistas, apresentando um manifesto nacional e construindo um amplo bloco revolucionário que aponte o socialismo como a única saída. Essa é a maior e mais importante tarefa para nossa classe e a juventude na atual conjuntura", destaca Magno.

APOSTAR NAS LUTAS E NÃO NA INSTITUCIONALIDADE

Nesse sentido, a construção do Polo pretende ir muito mais além dos objetivos imediatos. É o que pensa Rejane de Oliveira, dirigente do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS-Sindicato) e da Secretaria Nacional Executiva da CSP-Conlutas. "Assinei o manifesto porque ele é uma iniciativa de vários movimentos organizados, de várias pessoas que buscam apontar uma saída para o momento que estamos vivendo. Mais do que isso, busca apontar uma estratégia que vai além do imediato, com o objetivo de derrotar o capitalismo, defender o socialismo e mostrar uma visão de mundo que queremos", explica Rejane.







A dirigente ainda destaca que o Polo deve depositar "suas expectativas na luta e não na institucionalidade", para lutar pela transformação da sociedade "com o fim da exploração e das injustiças", organizando os trabalhadores e "fortalecendo a independência de classe". Ela também lembra que a os partidos que optam pela conciliação de classes "têm se colocado como um dique de contenção da luta".

"Entendemos que, hoje, a política no país está extremamente degenerada, contaminada pela conciliação de classe, através da qual os setores que deveriam estar ao lado da classe trabalhadora se juntam com a direita para ser bons gerentes do capital. Eles prestam um desserviço pra luta da classe trabalhadora. A conciliação de classes só trouxe tragédias para os trabalhadores. A conciliação de classe trouxe uma tragédia chamada Bolsonaro, porque ele não caiu de repente, é fruto de uma conciliação de classe feita anteriormente", destaca Rejane.

A NECESSIDADE DE AMPLIAR A CONSTRUÇÃO DO POLO

Diego Henrique, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Químicos de Vinhedo, interior de São Paulo, também enxerga no Polo o único caminho para quem defende uma profunda mudança na sociedade. "Assinei o manifesto porque ele é a única alternativa socialista e revolucionária para a classe trabalhadora. O manifesto foi apresentado e discutido por toda diretoria do nosso sindicato", destacou Diego.

Mas ele lembra, também, que preciso ampliar a iniciativa junto aos trabalhadores. "Tem importância construir o Polo não só com militantes do PSTU, mas com todos os militantes de esquerda que estão a fim de encabeçar uma estratégia socialista. Uma necessidade que a gente vê diante de uma polarização muito grande nas eleições de 2022, e não na mudança da sociedade. É importante abrir o Polo para os trabalhadores em geral", diz.

Essa é justamente a proposta do Polo: levar a discussão para todos os setores dos trabalhadores e construí-lo não como um bloco homogêneo, mas envolvendo os mais diversos setores, mantendo suas identidades e diferenças.

A UNIDADE DA CLASSE, COM TODA SUA DIVERSIDADE

"O que a gente quer é unificar essas diversas formas que a classe trabalhadora e povo pobre têm de se organizar, de lutar e de enxergar o mundo. O manifesto parte de ideias que podem unir uma diversidade grande, de setores, de grupos e visões de mundo", destaca Irene Maestro, advogada, e também dirigente do Movimento Luta Popular e da Central Sindical e Popular (CSP Conlutas).

Irene explica que assinou o manifesto por acreditar que estamos em um momento histórico muito importante. "Estamos diante de governo de extrema direita que coloca a necessidade, cada vez mais pra ontem, não só de derrubar os 'de cima', que impõem essas medidas, mas de construir uma luta pra derrubar Bolsonaro e, dessa forma, construir uma força social necessária para criarmos outra forma de sociedade. Não só derrubar o Bolsonaro, mas destruir esse sistema. 'Organizar os de baixo pra derrubar os de cima', como diz o lema do movimento que eu construo", ressaltou Irene.

Segundo Irene, o manifesto ainda demarca outra questão muito importante: "não podemos esperar 2022. Eleição nenhuma vai resolver nossos problemas. A fome é hoje. Os despejos são hoje. Os assassinatos contra os povos originários são hoje. A violência na quebrada é hoje", diz.

Aqueles e aquelas que estão construindo o Polo também destacam que uma situação ainda mais insuportável é imposta aos setores oprimidos da classe trabalhadora, como negros e negras, mulheres, imigrantes, povos indígenas, quilombolas e LGBTIs, que estão sujeitos a todo tipo de discriminação e violência.

Santinho, liderança do Moquibom (Movimento Quilombola do Maranhão), filiado a CSP-Conlutas, também assinou o manifesto, buscando fortalecer as lutas em defesa dos territórios, travadas contra o agronegócio na Baixada Maranhense. "Aqui tá um conflito tão grande que tem muitas noites que não durmo. Se a gente não brigar pelo o que é nosso, não vai ter ninguém defendendo nós. Não se vê governo algum falando sobre políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais.

Estão retirando essas políticas públicas voltadas pra nós. O Polo pode, sim, ser uma política de apoio para a luta dos trabalhadores. Nós temos que unir os movimentos sociais que estão na luta. O Polo vai fortelecer a nossa luta, aqui no Maranhão, pelo território", conclui Santinho.

UM CHAMADO PARA ORGANIZAR A REVOLUÇÃO

Sabemos que muitos e muitas lutadores que, hoje, também entendem a necessidade do socialismo e da revolução para que possamos arrancar o mundo da barbárie em que o capitalismo tem nos naufragados. Por isso, conclui o manifesto:

"Dirigimos esse chamado a todo o ativismo das lutas dos trabalhadores e da juventude, aos que estão nas ruas lutando para colocar pra fora Bolsonaro e Mourão; que estão na luta por condições dignas de vida e trabalho, contra o racismo, o machismo, a xenofobia e a lgbtifobia; em defesa dos povos indígenas, dos quilombolas e do meio ambiente. É um chamado aos movimentos e às organizações, inclusive os que não têm caráter partidário, que lutam pela transformação da sociedade injusta e desigual na qual vivemos. É um chamado também aos ativistas que militam nas organizações sindicais, nos movimentos sociais e nos partidos políticos, mas não concordam com o limite da institucionalidade burguesa que seus dirigentes impõem a estas organizações."

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/2XXUEBI

CRISE

Brasil: inflação dispara, desemprego aumenta, renda média cai e a fome avança

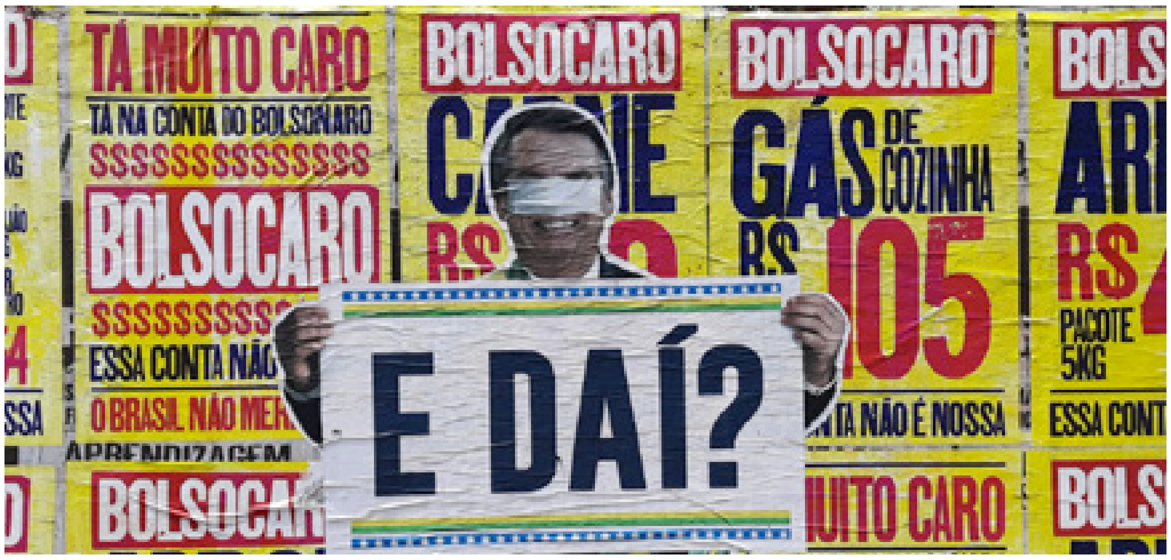
ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)

“Os preços estão altos demais. A quantidade de alimentos que eu levava veio diminuindo. A situação tá complicada. Tudo aumenta, mas o salário não”, desabafa Edna Ribeiro, enquanto comprava legumes na feira ao redor do Mercado de Itapuã, em Salvador (BA).

No mesmo dia em que Edna deu este depoimento ao Opinião Socialista, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) comunicou que a inflação acumulada este ano até agosto chegou a 5,67%, a maior taxa para o mês desde 2015. Alguns itens, no entanto, subiram muito acima desse índice. Entre eles, combustíveis e alimentos.

A tendência é que a situação fique ainda pior. O Banco Central aumentou pela 23ª vez a previsão para a inflação de 2021, agora para 8%. A expectativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação no Brasil, já corresponde ao dobro da meta estabelecida pelo governo federal, que era 3,75% para o ano, aponta o Banco Central.

Essa sequência de alta nos preços atinge itens básicos, como energia, combustível e comida. Em oito meses, o preço da gasolina sofreu alta em sete estados. Em alguns, o litro da gasolina está sendo vendido a R$ 7,00 e o gás de cozinha, a R$ 115,00.



MUDANDO A DIETA

Um estudo da consultoria Kantar mostra que o aumento no preço da comida chegou a patamares tão impressionantes que está mudando a dieta tradicional dos brasileiros. Hoje, o consumo de alimentos entre as famílias de menor renda se resume cada vez mais a pães industrializados, salsichas e ultraprocessados.

A histórica combinação balanceada – arroz, feijão, proteína animal e salada – está pesando no bolso. A carne virou um artigo de luxo, já que o setor agroindustrial, com a alta do dólar e com a ganância de ganhar mais dinheiro, está priorizando a exportação. Com pouco produto no mercado interno, os preços sobem.

LUCRANDO NA FOME

Enquanto a população brasileira sofre, o agronegócio teve recorde de 24,31% no Produto Interno Bruto (PIB) do setor, de acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). O estudo leva em conta o movimento de toda a cadeia: produção dentro das fazendas, insumos, agroindústria e serviços.

LADEIRA ABAIXO

Aumento do desemprego e queda da renda

Essa escalada na elevação dos preços é acompanhada pelo aumento do desemprego, que, por tabela, leva à queda na renda média dos brasileiros, aumentando os níveis de desigualdade.

De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego no país ficou em 14,1% no segundo trimestre de 2021, atingindo 14,4 milhões de brasileiros. Um crescimento de 12,9% em comparação ao mesmo período de 2020. Ou seja, em um ano 1,6 milhão de pessoas ficaram desempregadas em nosso país.

Como consequência das demissões, 71% das novas ocupações no segundo trimestre de 2021 foram de trabalhadores por conta própria, que engloba também os chamados “bicos”. O IBGE ressalta que 24,8 milhões de pessoas trabalham nessa condição, o que corresponde a 28,3% de toda a população ocupada.

Isso também elevou a taxa de informalidade, que chega a 40,6% da população ocupada. É caso de Roseane Costa, que trabalhava em uma fábrica de bolos. “Fui demitida no começo da pandemia. Para garantir o sustento da minha família, estou vendendo comida aqui na Avenida Sete”, disse. A Praça do Relógio de São Pedro, onde Roseane vende as comidas típicas da Bahia, no centro de Salvador, é tomada por barracas de vendedores informais que, assim como ela, lutam diariamente para levar o pão para casa.

Maridelza Pinto vende salgados na orla de Itapuã. Quando as praias foram fechadas, devido à pandemia, ficou sem a renda mensal. Passou a viver do auxílio emergencial, que era muito abaixo do que ela ganhava com as vendas. Teve que mudar de casa. “Estou morando em casa menor. Meu filho ficou desempregado. Só eu recebi o auxílio emergencial. Agora que estou voltando com as vendas, e ele tem sido chamado para fazer uns bicos. Mas trabalho fixo tá difícil”, lamenta.

A FGV Social (Fundação Getúlio Vargas) desenvolveu a pesquisa Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia e identificou uma redução de 9,4% na renda média individual da população. O índice foi medido em comparação com o último semestre do ano de 2019. A constatação foi de queda acentuada para famílias com rendas mais baixas, a exemplo de Maridelza.

O alto percentual de desemprego no país influenciou para essa diminuição da renda dos brasileiros.



A DOR DA FOME

Insegurança alimentar atinge quase 60% dos brasileiros



LEIA NO SITE:
HTTPS://BIT.LY/2XRVYQL

O elevado índice de desemprego, a alta dos preços e a diminuição da renda têm levado ao crescimento do número de pessoas que estão passando fome em nosso país. Temos um Brasil com fome, em meio a uma pandemia e com um governo genocida que aplica uma política de desmonte do Estado, agravando ainda mais a vida dos trabalhadores e do povo pobre.

Conforme dados do grupo de pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia, 125,6 milhões de brasileiros sofreram com insegurança alimentar durante a pandemia. O número equivale a 59,3% da população do país e se baseia em pesquisa realizada entre agosto e dezembro de 2020.

O Brasil vem sofrendo com o abandono das políticas de combate à miséria desde o governo Dilma (PT), o que foi acelerado por Temer (MDB) e agora por Bolsonaro. Isso recolocou o Brasil no caminho do Mapa da Fome.

Os dados da Rede Penssan, reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) como os mais adequados para criar um novo Mapa da Fome no Brasil, apontam que a insegurança alimentar grave atingia 9% (19,1 milhões) da população em 2020.

O relatório mais recente da própria FAO apontou que 23,5% da população brasileira, entre 2018 e 2020, deixou de comer por falta de dinheiro ou precisou reduzir a quantidade e qualidade dos alimentos ingeridos. Os resultados evidenciam que, em 2020, a fome no Brasil retornou aos patamares de 2004.

Isso é revoltante, pois segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Brasil produz 19% de todos os grãos do mundo. Somos o segundo mais exportador de carne do planeta, o terceiro em produção. Mas o que estamos assistindo são pessoas formando filas para conseguir doação de ossos com retalhos de carnes. Isso vem acontecendo em Cuiabá, capital de Mato Grosso, estado onde o agronegócio representa 50,5% do PIB, conforme mostrou reportagem do Fantástico (TV Globo) em julho deste ano.

O agronegócio, sustentado no latifúndio, não está preocupado em garantir alimentos à população, ao contrário, é o principal responsável pela fome no Brasil. A produção não é voltada para a alimentação, mas sim para produção de commodities, principalmente o cultivo de grãos usados em ração para animais.

Commodities são produtos que funcionam como matéria-prima. Elas podem ser desenvolvidas em larga escala e estocadas sem perder a qualidade. No caso do agro, são itens como soja, trigo, milho e café. Oitenta e nove por cento de todos os grãos produzidos no país no ano passado foram de milho e soja, ambos voltados para a exportação.

A maior parte do que fica da produção interna é voltada para a indústria e não diretamente para o consumo humano. Quanto mais o agronegócio se expande, menos comida chega à nossa mesa. Não é à toa que temos que importar alimentos nos quais antes éramos autossuficientes. Um exemplo é o arroz, que teve um aumento de quase 30% na importação em 2020, na comparação com 2019.

Foi no Brasil onde os preços subiram mais depressa na pandemia, aponta o estudo da Universidade de Oxford, com dados do Banco Mundial. Em um ano, o quilo do arroz aumentou quase 70%; o feijão preto, 51%; a batata, 47%; a carne, quase 30%; o leite, 20%; e no óleo de soja, alta de 87%.

PROGRAMA

Uma saída socialista para a crise

Temos que responder ao plano predatório do governo Bolsonaro – responsável pelo desemprego, pela alta dos preços dos alimentos e combustíveis, pela queda na renda e pelo aumento da fome – com um programa que atenda às necessidades mais básicas da população, apontando à superação do sistema capitalista. Pois já não é possível maquiar a imagem da decadência quando o país vem abaixo aos olhos de todos.

Taxar fortunas

Para viabilizar esse programa a favor dos trabalhadores e do povo pobre, é preciso enfrentar e atacar os bilionários e os lucros dos banqueiros, dos grandes empresários e do agronegócio, taxando em 50% as grandes fortunas e proibindo a remessa de lucros para fora do país. Mas isso não basta.

Emprego

Para gerar empregos, é necessário implementar um plano de obras públicas, com construção de hospitais, rede de saneamento básico e moradia. Reduzir a jornada de trabalho, sem redução de salários e direitos. Aprovar uma lei que proíba as demissões, reintegre os demitidos e estatize as empresas que demitirem.

Salário

Para elevar a renda, é necessário reajustar o salário mínimo de acordo com as necessidades básicas de uma família. Conforme dados de julho do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo para sustentar uma família de quatro pessoas deveria ser de R$ 5.518,79. Esse valor é 5,02 vezes o salário mínimo atual, que é de R$ 1.100,00. Além disso, é necessário garantir auxílio emergencial de um salário mínimo a todos os desempregados.

Estatização

Quanto aos preços dos alimentos e combustíveis, é necessário o congelamento. Acompanhado de uma política de nacionalização e estatização do grande latifúndio e do chamado agronegócio, sob o controle dos trabalhadores, para que definam sua produção de acordo com as necessidades do povo e em harmonia com o meio ambiente. Assim como reestatizar o setor elétrico do país, hoje controlado por empresas multinacionais. Impedir a privatização da Petrobras. Só assim teremos energia e combustíveis acessíveis ao conjunto da população.

Reforma agrária

Para acabar com a fome e garantir alimento para todos, defendemos a partilha do latifúndio, com uma reforma agrária radical, a fim de garantir terra aos camponeses sem-terra que a reivindicam, assim como todas as condições de produção e comercialização de seus produtos, com acesso a crédito barato ao pequeno proprietário e apoio técnico.

TODOS ÀS RUAS

É preciso ir à luta para tirar Bolsonaro e derrotar seu projeto golpista



DA REDAÇÃO

Bolsonaro sofreu uma derrota em sua ofensiva golpista do dia 7 de setembro. Acuado e sofrendo a pior crise de seu mandato, ele jogou todas as fichas para promover uma grande demonstração de força, capaz de criar confusão e intimidar o Supremo Tribunal Federal (STF), forçando um recuo no processo contra ele e sua família, ao mesmo tempo em que tentava estancar o derretimento de sua base.

Obrigado a recuar, porém, seu desgaste aprofundou-se ainda mais, inclusive em sua base. Mas, ele ainda demonstra que não vai parar em seu projeto de ditadura.

AS MANIFESTAÇÕES BOLSONARISTAS

A preparação para o 7 de setembro de Bolsonaro levou meses, contou com o aparato do Governo Federal, assim como de inúmeros mandatos bolsonaristas pelo país, além do financiamento do agronegócio, de olho na votação do Marco Temporal no STF. Como não poderia deixar de ser, esse megaesquema levou milhares às ruas. Em Brasília, algo como 40 mil compareceram. Na Avenida Paulista, a Polícia Militar contabilizou 125 mil. Atos grandes, sem dúvida, mas bem abaixo do que o governo esperava e anunciava: entre 1 e 2 milhões, só em São Paulo, por exemplo.

O perfil social dos atos bolsonaristas mostra que ele também não conseguiu furar sua bolha. Pesquisa do Monitor Digital da USP atesta que foram formados por um público mais velho (com 53% acima dos 45 anos), 43% com renda acima de cinco salários mínimos e 60% de brancos. Passou longe da população mais explorada, jovem, negra e precarizada.

Também não houve a adesão da base das Polícias Militares, sobre as quais foi realizada uma massiva convocação. Seja pela ameaça de punição por parte dos governos estaduais, seja como parte de uma estratégia do próprio Bolsonaro de preservar esses setores para utilizá-los mais à frente, como parte de suas milícias.

RECUO "FAKE" E DESMORALIZAÇÃO

Às manifestações se seguiu um ensaio de "lockout" de caminhoneiros, coordenado basicamente por seis grandes empresas do agronegócio, particularmente interessadas na aprovação do Marco Temporal no STF, que permite o agronegócio roubar terras indígenas.

Algo que, contudo, começou a escapar do controle do próprio governo e ameaçou precipitar uma crise institucional de maiores proporções contra o próprio Bolsonaro. A tentativa de "lockout", aliado ao discurso flagrantemente golpista do próprio Bolsonaro nos atos (menores que o previsto) esticaram a corda e deixaram o Centrão, o STF e a própria burguesia num impasse. Se antes já não apoiavam a reeleição de Bolsonaro, mas tampouco pareciam dispostos a um impeachment, depois do dia 7 se viram forçados a dar uma resposta. O processo de impeachment ou a cassação da chapa Bolsonaro-Mourão foram colocados na mesa.

Foi então que Bolsonaro mandou um jatinho buscar Temer para articular uma reaproximação com o STF, acalmar o Congresso Nacional e os mercados, através da tal carta pedindo desculpas pelos arroubos no "calor do momento". Foi o suficiente para colocar panos quentes e impedir o avanço de uma crise que poderia levar ao fim do mandato, sem que o Congresso e o STF saíssem desmoralizados.

O aparente recuo de Bolsonaro, porém, segue seu "modus operandi" desde sempre: o famoso morde e assopra. Vai testando os limites do regime, e nisso consolida sua ofensiva autoritária, normalizando a perspectiva de golpe e deixando um clima permanente de intimidação. E ainda que desta vez ele tenha saído derrotado e que a crise e desmoralização em sua base pareçam ter sido mais sérias, ele não vai parar.

DIREÇÕES NÃO PODEM PUXAR O FREIO

Ampliar as mobilizações e preparar a Greve Geral

Ao mesmo tempo em que ocorriam as manifestações golpistas, a Campanha Fora Bolsonaro realizava os atos junto ao tradicional "Grito dos Excluídos". Ainda que tenham sido importantes, foram bastante insuficientes para demarcar um contraponto à ofensiva golpista. Isso aconteceu porque, ao invés de jogar tudo na preparação e organização das mobilizações, as direções da Campanha priorizam as eleições.

Enquanto o governo organizava sua tentativa de golpe, Lula fazia uma turnê pelo Nordeste, se reunindo com figuras como Eunício Oliveira (MDB) e demais líderes do Centrão e da direita que até ontem eram chamados pelo PT de "golpistas", por terem apoiado o impeachment de Dilma. A direção da CUT, por sua vez, tampouco jogou peso na organização dos atos, a exemplo do que fez no dia 18 de agosto, Dia Nacional de Luta e Paralisação dos Servidores Públicos.

É possível e necessário massificar as manifestações, levar milhões às ruas para expressar a real correlação de forças, mostrando o quanto Bolsonaro é minoritário. Mas, para isso, as direções dos partidos de oposição e do movimento precisam jogar peso, e as grandes centrais e demais organizações da classe trabalhadora preparar, desde a base, uma Greve Geral.



2 DE OUTUBRO

Todos às ruas pelo Fora Bolsonaro, já! Ditadura nunca mais!



A coordenação da Campanha Fora Bolsonaro definiu o próximo dia 2 de outubro como um novo dia nacional de manifestações. É necessário, porém, que não seja apenas mais um dia de lutas no calendário. Diante da escalada golpista de Bolsonaro e da boiada que segue atropelando direitos no Congresso Nacional (leia abaixo), é preciso dar uma resposta à altura. Isso passa pela organização de manifestações proporcionais ao crescente desgaste e indignação contra o governo. E, junto a isso, a preparação de uma Greve Geral.

"Esse dia deve ser construído com todas as organizações sindicais, populares e os partidos políticos que estiverem dispostos a levantar o Fora Bolsonaro e a defesa das liberdades democráticas. Além disso, seguimos defendendo e fazendo o chamado às demais centrais. É preciso construir uma Greve Geral que coloque, de fato, o governo em xeque", defende Atnágoras Lopes, da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas e da direção do PSTU.

BOTAR ABAIXO ESTE GOVERNO, JÁ, E NÃO ESPERAR 2022

No último dia 12, setores da direita liberal capitaneados pelo Movimento Brasil Livre (MBL) convocaram manifestações contra o governo. Sob o mote de "Nem Lula nem Bolsonaro", ainda que a direção do movimento tenha mudado no último segundo, foi uma convocatória com o evidente objetivo de se construir o que chamam de "terceira via": uma candidatura alternativa a Bolsonaro, no campo da direita. Isso, além do fato de o MBL estar completamente desmoralizado diante de seu histórico bolsonarista e da defesa de pautas típicas da ultradireita, levou pouca gente às ruas.

De forma contraditória, o PT e puxadinhos, como o PCO, afirmam não ser correto estar junto com setores da direita nas ruas, ao mesmo tempo em que Lula, neste exato momento, articula uma frente ampla para governar com a burguesia. Ou seja, ao invés da mais ampla unidade para lutar e derrubar Bolsonaro, já, e independência de classe para definir um programa para o país, fazem um discurso sectário para as mobilizações e oportunista no programa e alianças. Estar na rua contra a direita não pode; mas governar, sim.

A realidade é que, tanto o PT quanto o que vem tentando se cacifar como terceira via (como Ciro Gomes e o próprio MBL) não querem, de fato, derrubar Bolsonaro agora, mas desgastá-lo e apostar tudo em 2022. A máxima prioridade para a classe trabalhadora, porém, é tirar Bolsonaro, já. E, para isso, é preciso a mais ampla unidade, inclusive com a direita que esteja disposta a ir às ruas por isso.

UMA NECESSIDADE URGENTE

Unidade de ação contra Bolsonaro e a independência de classe

Ao mesmo tempo em que se deve ter a mais ampla unidade para lutar, a classe trabalhadora e suas organizações, sindicatos etc., devem intervir com independência política e ir construindo uma ação sua: uma greve geral que bote abaixo este governo e impeça um golpe mais adiante. Algo que não dá para confiar que os setores da direita e da burguesia, e mesmo da esquerda parlamentar, estejam dispostos a levar até o fim.

É preciso organizar um polo independente de classe para, nas mobilizações, lutar para derrubar este governo e também a boiada que ele, junto ao Congresso Nacional, tenta passar contra os trabalhadores. A Medida Provisória 1045, da Minirreforma Trabalhista, foi derrotada no Senado, mas existe, ainda, a Reforma Administrativa, que ataca duramente os servidores e os serviços públicos, além do Marco Temporal, que está sendo votado no STF e que já tem projeto de lei pronto na Câmara, caso seja derrubado na Corte.

Além de Bolsonaro, é preciso derrotar a sua política econômica de desemprego, fome, miséria, carestia e entrega do país. Política econômica que, inclusive, é defendida pelos partidos de oposição e todos esses setores liberais que tentam construir a "terceira via". E, também, é fundamentalmente a mesma que o PT impõe onde é governo.



LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/3NCNI3C

Enquanto fechávamos esta edição, os servidores públicos realizavam uma nova manifestação em Brasília contra a Reforma Administrativa. Nos últimos dias, os povos originários também deram um grande exemplo de luta contra o Marco Temporal. É necessário avançar na organização da classe para derrotar o projeto de Bolsonaro e Guedes e avançar num programa dos trabalhadores.

ORGANIZAÇÃO

A necessidade da autodefesa pelo movimento

EDUARDO ALMEIDA, DA DIREÇÃO NACIONAL DO PSTU

A conjuntura ao redor do 7 de setembro reflete uma polarização da luta de classes que deve ter continuidade posteriormente com outras formas. Essa realidade exige do movimento de massas uma resposta no terreno da autodefesa.

Os fatos indicam que existem possibilidades de ataques de grupos neonazistas e de ultradireita contra os atos e mobilizações. Isso pode ser coordenado com o próprio Bolsonaro ou com setores da polícia. As milícias bolsonaristas são expressões das relações entre grupos de bandidos e o aparato policial. Ou podem ocorrer também ações de grupos independentes, estimulados pelos discursos de ódio de Bolsonaro.

Mas, nessa polarização, o polo mais atrasado é o do movimento de massas. Não só as polícias, mas as milícias bolsonaristas estão organizadas e armadas. O movimento de massas não. Então, precisamos dar os passos iniciais para a organização da autodefesa do movimento.

PRIMEIRO PASSO: RECONHECER A NECESSIDADE DA AUTODEFESA

Existe uma explicação para o atraso do movimento. A estratégia das correntes majoritárias, articuladas ao redor do PT e PSOL, é eleitoral. Tudo se orienta para as eleições de 2022. A tradução dessa estratégia no terreno da luta de classes é, por um lado, o freio nas mobilizações pelo Fora Bolsonaro. Por outro lado, o pacifismo, a confiança e a defesa das instituições. Mas nós não confiamos nem apoiamos as instituições da democracia burguesa. Nem na justiça burguesa, menos ainda nas forças armadas "democráticas".

Nós achamos que o movimento de massas deve se auto-organizar para se defender contra a polícia e contra as milícias bolsonaristas. E isso deve ser assumido publicamente pelo movimento. Não achamos que o PT ou o PSOL vão fazer isso, exatamente por sua estratégia eleitoral e pacifista. Mas chamamos publicamente esses partidos, assim como os sindicatos, centrais sindicais, movimentos populares a assumirem a autodefesa.

Essa é a melhor maneira, inclusive, de garantir a existência das eleições. Se não houver um avanço qualitativo nas mobilizações pelo Fora Bolsonaro, acompanhadas da auto-organização e autodefesa do movimento, a ameaça de Bolsonaro contra as eleições de 2022 se amplia.

A IMPORTÂNCIA DA AUTODEFESA

A utilização da violência pelas polícias e Forças Armadas é a forma mais presente do Estado burguês. Nas comunidades das grandes cidades, as polícias agem como tropas de ocupação: entram, ferem e matam a juventude negra, e saem. Nas passeatas da oposição, a repressão policial muitas vezes consegue acabar com a manifestação.


Autodefesa em Brasília em 2017

Se as massas se organizam e se preparam, porém, a polarização pode ter outros resultados, que não as sistemáticas vitórias das policias ou dos grupos da ultradireita.

Isso não pode ser confundido com a ação de grupos desligados do movimento, que agem por sua própria conta, buscando substituir a ação das massas. Ao contrário, quando é o movimento que enfrenta a polícia ou esses grupos da ultradireita e vence, o movimento se fortalece.

As greves são formas elementares, básicas, da luta de classes. Os piquetes são embriões dos organismos de autodefesa. E pode ser visto o efeito positivo no ânimo das massas, quando se dão enfrentamentos vitoriosos dos piquetes contra fura-greves ou contra a polícia.

POUCA TRADIÇÃO, MAS...

O Brasil não tem grande tradição de autodefesa das massas. Mas existem alguns exemplos importantes que devem ser recordados.

No ascenso grevista da década de 1980, existiram inúmeros exemplos de piquetes de greve que garantiram a continuidade da luta. Por exemplo, nas greves de ocupação. Os piquetes de defesa impediram a entrada da polícia nas greves da Mannesman e Belgo em Minas Gerais, assim como na GM de São José dos Campos, e garantiram assim a vitória das greves.

Na ocupação do Pinheirinho em São José dos Campos em 2012, organizou-se uma resistência da população contra a invasão da polícia, que impactou o movimento em todo o país. Infelizmente, o movimento foi confundido com a "vitória" de uma decisão judicial, e a resistência foi desarmada. A decisão foi revogada em uma noite, pegando o movimento de surpresa e dificultando a reação, que mesmo assim ocorreu de forma heroica.

Mais recentemente, na ocupação de Brasília em 2017, a organização de autodefesa do movimento rompeu a barreira policial e garantiu a presença dos manifestantes com suas bandeiras e faixas em frente ao Congresso contra a reforma trabalhista de Temer. Ali se sustentou uma batalha por três horas, impedindo a dispersão da manifestação.

OS PRIMEIROS PASSOS

Defendemos que sejam dados os primeiros passos do movimento que, repetimos, devem ser assumidos publicamente pelos partidos ligados ao movimento, assim como pelas centrais sindicais, sindicatos e movimentos.

O primeiro passo é exatamente montar equipes de autodefesa em todos os atos, passeatas, greves etc.. E organizar equipes de defesa jurídica dos grupos de autodefesa.


Autodefesa em Brasília em 2017


Moradores da ocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), organizam autodefesa em 2012

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/3EMP1OL

LEIA MAIS

LEIA O ARTIGO COMPLETO NO SITE

POLÊMICA

Como foram os governos do PT na defesa do meio ambiente?

Um novo governo do PT não será marcado por falas esdrúxulas contra o meio ambiente, como faz Bolsonaro. Entretanto, suas ações anteriores mostram que não vai ter avanços na preservação, mas provavelmente retrocessos.

JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO

Bolsonaro não esconde que é inimigo do meio ambiente. Já falou que a questão ambiental "atrapalha" o país e culpou os ambientalistas pelo desmatamento. Sua política criminosa para o setor foi muito bem sintentizada pelo seu ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na famosa reunião ministerial de abril de 2020: "Vamos aproveitar a pandemia pra passar a boiada", disse Salles, que hoje é acusado de traficar madeira ilegal para os Estados Unidos.

Aqui, dando sequência aos artigos publicados nas edições anteriores, queremos discutir até que ponto o Partido dos Trabalhadores deixou as porteiras abertas para os estragos provocados pelo atual governo, em relação ao qual, os dados são extremamente reveladores. Desde 2016, os desmatamentos na Amazônia não pararam de aumentar. Somados, em 2019 e 2020 foram desmatados 21 mil quilômetros quadrados da maior floresta tropical do planeta. São os piores índices desde 2008. Só para comparar, essa é praticamente a mesma área de Sergipe.

As queimadas também não param de aumentar, sobretudo na Amazônia, no Pantanal e no Cerrado brasileiro, que é o segundo maior bioma brasileiro.

Atrás do desmatamento e das queimadas vem a grilagem de terras; isto é, a apropriação privada e ilegal de terras públicas. Em 2019, apenas as invasões de terras indígenas aumentaram em 135%, depois que Bolsonaro incentivou projetos para abrir esses territórios à mineração e ao agronegócio, por meio de um projeto de lei enviado ao Congresso. Tudo isso faz explodir a violência contra indígenas, quilombolas e povos da floresta, tornando, ainda, o Brasil em um dos países com maior risco de morte para ambientalistas.

ABRINDO AS PORTEIRAS: A AMAZÔNIA SOB OS GOVERNOS DO PT

Mas nos governos do PT, a situação do meio ambiente era melhor como alegam seus defensores? No que se refere à Amazônia, os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostram que não, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Apenas no primeiro mandato de Lula (2003 a 2006), foram desmatados 86,468 mil Km2, o que representa o dobro da área do estado do Rio de Janeiro. De fato, entre 2009 e 2014, houve uma relativa redução do desmatamento. No entanto, a partir de 2015, ainda sob o governo Dilma, uma nova elevação começou a ser registrada. E segue até hoje.

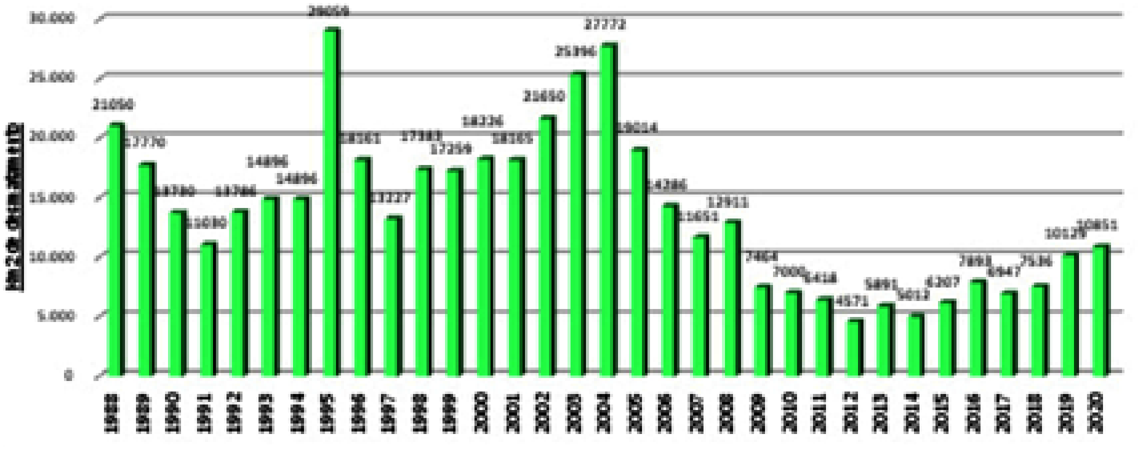


A LEGALIZAÇÃO DA GRILAGEM

Mas não foi isso. As grandes queimadas da Amazônia têm por trás a grilagem de terras. E os governos do PT agiram decisivamente em prol dos grileiros da região. Foi Lula, por exemplo, quem editou, em junho de 2009, a Lei 11.952, autorizando a emissão de títulos de propriedade para áreas públicas de até 1.500 hectares na Amazônia, ocupadas e desmatadas ilegalmente até dezembro de 2004. Assim, mais de 67 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia foram transferidas para os grileiros. Não por acaso, na época, a medida ficou conhecida como "Lei da Grilagem".

Nos governos seguintes, essas medidas foram aprofundadas, até chegarmos a Medida Provisória 910, conhecida como a "MP da Grilagem", proposta por Bolsonaro, que estende a emissão de títulos de terras para grileiros em todo o país e concede perdão aos desmatadores até dezembro de 2018.

Portanto, roubar terras públicas no Brasil virou um grande negócio. Basta se apropriar ilegalmente delas (com invasão, queimadas, desmatamento e/ou violência) e esperar que o governo de plantão promulgue alguma lei que os perdoe. Essa moda começou no governo Lula.



Fonte: INPE

VENENO NA SUA MESA

Liberação dos transgênicos e explosão do uso de agrotóxicos no Brasil

Apesar de uma intensa e forte mobilização de ativistas ambientais, em 2007, Lula liberou os chamados transgênicos (organismos geneticamente modificados), coroando inúmeras concessões que já havia feito às transnacionais produtoras de sementes transgênicas desde o início do seu governo.

Desde então, explodiu o uso de agrotóxicos no país. É preciso lembrar que um dos principais objetivos das transnacionais é realizar as modificações genéticas nas sementes para que tenham mais resistências ao uso dos agrotóxicos. Por exemplo, a soja geneticamente modificada desenvolvida pela transnacional Monsanto (conhecida como "RoundUp Ready") foi criada para resistir ao herbicida glifosato, hoje proibido em muitos países. São essas empresas que detêm o monopólio da produção de sementes e, por tabela, de toda a cadeia de produção e comercialização desses produtos.

ENVENENANDO COLHEITAS E GENTE

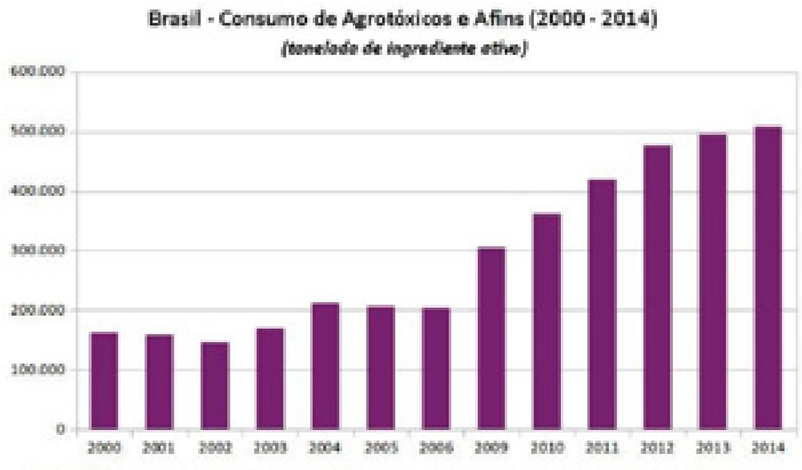
Mas recentemente, o agronegócio passou a utilizar venenos ainda mais potentes, como o 2,4-D, que ficou lamentavelmente conhecido por ter sido usado no composto chamado "agente laranja", utilizado como "arma-química" na Guerra do Vietnã e que contêm compostos cancerígenos. Os transgênicos permitiram o aumento em 30 vezes do uso desse veneno, multiplicando a contaminação ambiental e dos alimentos.



E, para além dos danos provocados à saúde, o veneno ainda provoca estragos na lavoura. Em 2018, o uso do 2,4-D provocou uma redução de 32% na safra de uvas voltadas para a fabricação de vinhos. As uvas morreram porque foram contaminadas pelo uso deste agrotóxico pelos seus vizinhos, produtores de soja. Isso é apenas um exemplo da contaminação de alimentos próximos a cultivos transgênicos.

Hoje, o Brasil é, ao lado dos EUA, líder mundial da produção de soja transgênica. A liberação dos transgênicos foi uma das bases da expansão dos monocultivos (gigantescas áreas rurais, dedicadas a um único produto, geralmente destinado para exportação). Em 2002, a soja, que ocupava uma área de 18 milhões de hectares (ha); em 20015, foi para 33 milhões ha. A cana-de-açúcar (também transgênica) saltou de 5,8 milhões hectares, em 2005, para 8,6 milhões ha, em 2015.

Entre os anos 2000 e 2014, o consumo de agrotóxico aumentou em 135% e, hoje, o Brasil consome 20% de todo veneno comercializado no mundo. O gráfico ao lado mostra que a explosão do uso de agrotóxico ocorreu após a liberação dos transgênicos, em 2007. Ou seja, se hoje o veneno está na sua mesa, nos alimentos que você e sua família consomem, isso é mais um resultado dos governo do PT.



Fonte: Larissa Mies Bombardi. Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia

MINERAÇÃO

A privatização da Vale e as tragédias de Mariana e Brumadinho



As tragédias de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, os dois maiores desastres ambientais do país, são produtos da privatização da Vale do Rio Doce, realizada pelo governo FHC, em 1997.

A principal estatal brasileira na mineração foi vendida por R$ 3,3 bilhões, quando somente as suas reservas minerais eram calculadas em mais de R$ 100 bilhões. A expectativa dos ativistas era que Lula revertesse essa privatização, o que não foi feito. Isso teve consequências gravíssimas para o meio ambiente.

Em 2015, ainda no governo Dilma, ocorreu a ruptura de uma barragem em Mariana, sem que o governo petista tivesse uma reação à altura e reestatizasse a empresa. A consequência foi que, em 2019, viesse uma nova tragédia, desta vez em Brumadinho. Caso eleito, Lula vai reestatizar a Vale? Ou vão seguir ocorrendo essas agressões históricas e irreversíveis ao meio ambiente, com custos inestimáveis em termos de vidas humanas?

PROJETO DA DITADURA

Belo Monte, o maior crime sócio ambiental do PT

“Agora não pode por causa do bagre... Jogaram o bagre no colo do presidente. O que eu tenho com isso? Tem que ter uma solução”. Essa foi a frase de Lula para pressionar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) por causa da demora na concessão de licença ambiental para construção da usina hidroelétrica de Belo Monte.



O projeto foi criado pela ditadura militar, barrado por mobilizações indígenas nos anos 1980, e ressuscitado com entusiasmo por Lula e Dilma. Até hoje, é difícil dimensionar o impacto dessa obra. Expulsou de seus territórios milhares de ribeirinhos, camponeses, quilombolas e indígenas, bem como moradores da periferia da cidade de Altamira (PA).

Estima-se que por volta de 40 a 50 mil pessoas em Altamira e região tiveram que deixar seus locais de moradia. Belo Monte também levou Altamira ao posto de cidade mais violenta do Brasil.

Se não bastasse, a barragem ainda destruiu os locais de reprodução de várias espécies endêmicas (que só existem naquela região) de peixes do Rio Xingu. De fato, Belo Monte só favoreceu as grandes empreiteiras mobilizadas para construí-la, como a Odebrecht e empreiteiras associadas, que tornaram a construção na obra mais cara do programa petista de aceleração do crescimento do Brasil, o PAC. Inicialmente a obra foi orçada em R$ 12 bilhões, depois R$ 19 bilhões, R$ 30 bilhões… Hoje, a Norte Energia, responsável por Belo Monte, admite que foram gastos R$ 42 bilhões!

Como muitos especialistas alertavam na época, a usina de Belo Monte é totalmente inútil. A hidroelétrica deveria produzir 11,23 GW, mas, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), tem trabalhado com 4,46 GW. Isso por que a vazão do rio Xingu é reduzida em 30 vezes, durante metade do ano, no período de estiagem da Amazônia.

Em períodos de secas, como estamos vivendo com a crise energética, Belo Monte gera uma quantidade ridícula de energia: no último dia 8 de setembro, gerava apenas 244 MW, segundo o Operador Nacional de Sistema (ONS). Ou seja, o equivalente a 2% da sua suposta capacidade.

A inutilidade da obra é tamanha que, segundo uma reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, publicada em 13/12/2019, a Norte Energia está buscando autorização para construir usinas térmicas, mais caras e poluentes, para complementar sua geração de energia hidráulica.

Belo Monte só turbinou os caixas das empreiteiras e o financiamento das campanhas eleitorais do PT. Esse crime é uma mancha que vai ficar pra sempre na história do PT. Assim como também são dignas de notas a participação de Kátia Abreu, a “rainha da motosserra”, no governo Dilma, o apoio dos governos petistas ao chamado Matopiba (região formada por áreas ds estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, para onde se expandiu a nova fronteira do agronegócio) que destroí o meio ambiente, contamina as águas e provoca mais conflitos.

Há muitos ativistas que, sinceramente, esperam que um possível governo Lula detenha as queimadas na Amazônia, impeça o roubo dos territórios das comunidades indígenas e quilombolas, o avanço da grilagem, a destruição ambiental promovida pela mineração e muitos outros crimes ambientais que estão em curso.

Mas, não acreditamos que isso possa ocorrer, porque significaria um enfrentamento com o agronegócio, com as mineradoras e transnacionais que saqueiam os recursos naturais do país. E isso os governos petistas não fizeram e não vão fazer porque, na essência, seu projeto foi, é e continuará sendo o de manutenção da ordem capitalista e da conciliação de classes com o que eles chamam de “burguesia progressiva”.

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/3NCQHSZ

MULHERES

A lei antiaborto no Texas e a luta pela autodeterminação das mulheres

RENATA MENDES, DA SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PSTU

Na semana passada, a Suprema Corte norte-americana declarou a constitucionalidade da lei antiaborto aprovada no estado do Texas, uma das mais restritivas já aprovadas nos Estados Unidos. A lei proíbe qualquer tipo de aborto após as seis semanas de gestação e, ainda, permite que qualquer pessoa denuncie uma mulher ou profissional de saúde que estiver envolvido na prática do aborto, com uma recompensa de US$ 10 mil para quem fizer a denúncia.

Além de um enorme retrocesso naquele estado, esse posicionamento tem um significado histórico e pode incentivar mudanças na legislação de diversos outros estados, sendo que Alabama, Ohio, Georgia, Kentucky e Mississipi já têm leis parecidas.

Em 2013, o Texas já havia aprovado uma lei que restringiu o acesso ao aborto a várias mulheres. A lei impunha sérias restrições a clínicas e médicos que faziam o aborto legal. Como resultado, mais da metade das clínicas do estado foram fechadas e mulheres precisaram deslocar-se por mais de 300 km para ter acesso ao aborto seguro. A justificativa da lei era que o aborto era um procedimento extremamente arriscado e que precisava ser realizado em locais com grande suporte médico.

No entanto, em 2016, a lei chegou à Suprema Corte e foi vetada pela maioria dos juízes. Os argumentos conservadores não tinham amparo científico. Um parto pode ser muito mais arriscado que um aborto. O mesmo sendo válido para procedimentos cirúrgicos de porte parecido que não sejam executados com os devidos cuidados. Naquele momento, prevaleceu a decisão de assegurar às mulheres texanas um aborto seguro e de fácil acesso, mantendo, então, a mesma posição do caso "Roe versus Wade", que estabelece o parâmetro federal sobre o tema.

QUAL A IMPORTÂNCIA DO CASO "ROE VERSUS WADE"

Pra quem não sabe, o caso "Roe versus Wade" foi uma decisão da Suprema Corte, em 1973, que assegurou o direito de aborto a todas as mulheres norte-americanas, julgando como inconstitucional qualquer lei que violasse esse princípio.

A decisão se baseou no direito à privacidade e no conceito de que toda mulher pode decidir, por si mesma, a continuidade ou interrupção da gravidez. Roe era o pseudônonimo de Norma McCorvey, que teve seu acesso ao aborto negado pelo estado do Texas. Ela recorreu a instâncias superiores, porém a decisão veio somente após o nascimento da criança que, na época, foi encaminhada para adoção.

Desde então, todos os estados norte-americanos foram proibidos de aprovar leis restritivas ao aborto. Porém, os movimentos antiaborto nunca aceitaram esta derrota. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, várias clínicas e médicos foram atacados por esses movimentos. E o tema foi alvo de todos debates presidenciais, sendo quase uma regra que os setores evangélicos mais conservadores determinassem seu apoio aos candidatos republicanos condicionados pelo seu posicionamento contra o aborto, na esperança de modificar a composição da Suprema Corte e derrubar a decisão "Roe versus Wade".

OS ATAQUES DOS GOVERNOS CONSERVADORES

Várias tentativas foram feitas nesse sentido e durante o governo de George W. Bush (2001-2009) foi aprovada uma lei que proibia a interrupção da gravidez no 3º trimestre de gestação. Várias mulheres com fetos com malformação, incompatíveis com a vida extrauterina, foram impedidas de interromper a gestação e forçadas a dar continuidade à gravidez, mesmo sabendo que não teriam seus filhos vivos após o parto.

Durante o governo de Trump houve uma mudança significativa na Suprema Corte e os conservadores viraram maioria. Viram, então, a grande oportunidade para derrubar a decisão de 1973. A abstenção da Suprema Corte em revogar a atual lei do Texas é inconstitucional e um atraso de décadas nos direitos democráticos das mulheres estadunidenses.





DIREITO

A luta pelo acesso ao aborto como direito democrático e de saúde pública

Os abortos continuam acontecendo, não importa a legislação. O melhor exemplo é o Brasil, onde é estimado um número de 500 mil abortos todos os anos, mesmo sendo ilegal. O que muda é o direito a um aborto seguro, sem risco à vida ou punições. E, por isso, as restrições atingem muito mais as mulheres negras, latinas e pobres dos EUA, que já não possuem acesso universal a saúde.

Neste sentido, não é um acaso que tenha sido exatamente no Texas que tenha entrado em vigor a lei mais restritiva. De acordo com o Censo 2020, dentre os cerca de 29 milhões de habitantes do estado, 39,75% são brancos; 39,26% são hispânicos e 11,82% são negros.

O Instituto Guttmacher, uma organização de pesquisa que apoia o acesso ao aborto, divulgou, em 2017, que o número de abortos foi quase 50% do número registrado em 1990. Isso se deve, dentre outras causas, ao maior acesso a orientações contraceptivas. Pois, quando o procedimento é realizado por uma equipe médica preparada, existe a preocupação de não haver recorrências, diferente de um aborto clandestino.

O acesso a métodos contraceptivos eficientes e seguros é a verdadeira ação de promoção da vida que um governo pode ter e não a interferência no direito de cada mulher decidir sobre seu futuro e seu corpo. Isso porque os métodos usados pela maioria das mulheres no mundo ainda têm taxas de falha de até 7 ou 8%, fazendo com que um significativo número das gestações seja indesejada.



LUTAS

Uma longa história de lutas pelo direito ao aborto



A disputa pelo direito das mulheres norte-americanas de decidir sobre seu corpos não pode ser encarada apenas como uma disputa restrita à Suprema Corte. Na verdade, ela é reflexo das lutas dos movimentos sociais e de mulheres. Na década de 70, a decisão de "Roe versus Wade" só ocorreu devido ao enorme ascenso dos movimentos de mulheres por seus direitos, cujas grandes mobilizações foram, posteriormente, chamadas de "Segunda Onda Feminista".

Mais recentemente, em dezembro de 2020, as mulheres argentinas deram exemplo ao mundo pela sua organização e mobilização, que culminaram na vitória da legalização do aborto no país. Assim como também aconteceu no México, onde a luta das mulheres contra a violência e por direitos influenciaram de forma decisiva na sentença da Suprema Corte, aprovada em 7 de setembro, que anula a pena de prisão para a interrupção voluntária da gravidez, aplicada em alguns Estados, descriminalizando, assim, o aborto e abrindo caminho para a legalização em todo o país.

DUAS LIÇÕES IMPORTANTES

Capitalismo e o direito da mulher de decidir

A primeira lição que devemos tirar destes episódios é que é possível derrotar a onda conservadora antiaborto e reverter a decisão do Texas. Como também, inclusive, conquistar esse direito aqui no Brasil. Mas, para isso é preciso organizar a batalha e botar o bloco na rua, pois somente através da mobilização dos que lutam e defendem os direitos democráticos é possível mudar esse cenário.

A segunda é como no capitalismo nenhuma conquista democrática está totalmente assegurada. O fato de 48 anos após a legalização do aborto nos Estados Unidos seja exatamente no Texas – o estado onde a batalha judicial por esse direito começou – que esteja ocorrendo esse retrocesso não é apenas simbólico; mas, sim, um exemplo de como o capitalismo não pode proporcionar igualdade e direitos às mulheres, a não ser de forma parcial, provisória e deformada, mesmo que apenas do ponto de vista jurídico.

No capitalismo, os direitos e conquistas democráticos das mulheres estão sempre ameaçados, pois a opressão, longe de ser uma excepcionalidade, é funcional ao sistema, na medida em ajuda a dividir e fragmentar a classe trabalhadora, permite superexplorar enormes parcelas (mulheres, negros, imigrantes etc.) e, ainda, mantém um exército especial de reserva (as mulheres trabalhadoras) que podem ser colocado e retirado do mercado de trabalho de acordo com suas necessidades. Evidentemente, não são apenas as mulheres trabalhadoras ou os setores marginalizados da nossa classe que sofrem com a opressão e a falta de direitos e é isso que, também, explica porque muitas vezes setores burgueses e pequeno-burgueses ou parcelas da intelectualidade se colocam na direção de movimentos em defesa da igualdade.



Contudo, ao limitarem o programa de tais movimentos à obtenção conquistas nos marcos do sistema, estes mesmos setores levam a luta para um beco sem saída, já que a igualdade só pode se efetivada, de verdade e de forma permanente, com a derrota do sistema capitalista que sustenta as opressões e as ideologias burguesas que as justificam.

A falta dessa perspectiva de classe, socialista e revolucionária é o principal limite de muitas direções e movimentos que, mesmo mobilizando muita gente, acabam, na prática, impedindo que essas lutas extrapolem as margens burguesas, canalizando toda a energia dos lutadores e lutadoras para estratégias eleitorais ou para questões como "representatividade", "empoderamento individual" ou outras variantes nos marcos e limites da sociedade capitalista. E é exatamente por isso que leis aprovadas há tantos anos, como a do caso "Roe versus Wade", podem ser revertidas pela simples mudança na composição da Corte Suprema dos Estados Unidos.

Como já dissemos, a lei antiaborto no Texas é um enorme retrocesso para as mulheres, especialmente para as mulheres pobres, latinas e negras da classe trabalhadora. Por isso nós, do PSTU, nos colocamos veemente contra esse ataque, pois entendemos que, assim como a conquista da legalização do aborto na Argentina fortalece a nossa luta, a perda de uma conquista como essa nos EUA fortalece os setores reacionários e conservadores, de Bolsonaro e da ultradireita, na ofensiva contra nossos direitos.

Nesse sentido, nos solidarizamos e nos colocamos ao lado das mulheres e homens norte-americanos na luta pela revogação dessa lei. Ao mesmo tempo, reafirmamos a necessidade de vincular essa luta a uma estratégia de destruição do sistema capitalista, numa perspectiva socialista e revolucionária, para que, superando esse sistema de exploração e opressão, possamos avançar para a emancipação e a real igualdade e liberdade das mulheres em se autodeterminar, em base a outras relações, mais humanas e saudáveis.

LEIA NO SITE:
HTTPS://BIT.LY/3AESDSJ

CUBA

Campanha de assinatura pela liberdade de prisioneiros de luta!

DA REDAÇÃO

Entre a noite de 11 de julho e a tarde de 30 de agosto, a articulação de um grupo de pessoas de dentro e de fora de Cuba conseguiu registrar 896 detenções, através de relatos de familiares, amigos, conhecidos ou pessoas com domínio da informação.

Desses 896 casos, 496 foram verificados. Dessa forma, foi possível confirmar a libertação de 354 pessoas, com evidências de que pelo menos 30 habitantes da ilha estão em prisão domiciliar e outros 45 estão sob fiança. Fazem parte desta relação 42 menores de 18 anos ou jovens com 18 anos. Dentre eles, nove menores de 18 anos e outros três com 18 continuam detidos.

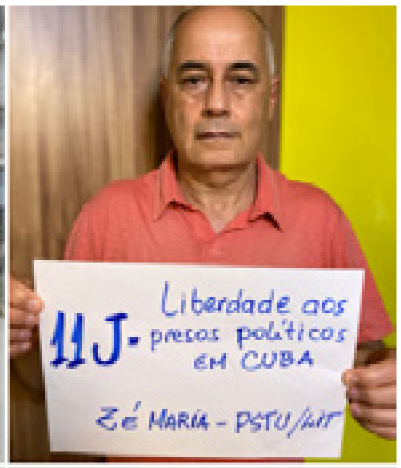
Oficialmente, 67 pessoas condenadas em julgamentos sumários foram reconhecidas, apenas uma foi absolvida. Dessas 67, 34 pessoas foram identificadas. Destes, após recursos, apenas três foram libertadas, com pagamento de multas; duas mudaram para prisão domiciliar e cinco para trabalho correcional, com e sem confinamento.

Os principais "crimes" apontados são: desordem pública (231), desacato (89), instigação para cometer crimes (80), atentado (76), propagação de epidemias (66) e resistência (55).

















SUBNOTIFICAÇÃO E CENSURA DE INFORMAÇÕES

Embora em Havana, até o momento, tenham sido documentadas 255 prisões, dados públicos revelados por prisioneiros libertados mencionam a existência de até 800 pessoas presas em um único centro de detenção da província. É possível que esta seja a mesma realidade em outros centros de Havana, mas, também, de outras províncias do país.

Até hoje, a maioria dos libertados são artistas, ativistas, universitários, jornalistas ou com certa ou visibilidade midiática. No entanto, mais de uma centena de ativistas continuam detidos e uma nova lei de "segurança informática" aumentou o controle e a repressão sobre o povo cubano. Além disso, como relatado por pessoas já libertadas, presos e presas (principalmente por LGBTI+, e gente das periferias) têm sido submetidos a sessões de tortura e humilhações.

A campanha pela liberdade imediata dos presos deve ser fortalecida não só em Cuba, mas também no Chile e na Colômbia, onde centenas de ativistas continuam privados de liberdade. Nós também estamos engajados nesta campanha e na luta pelo fim dos julgamentos e das sentenças sumárias.

JUNTE-SE À CAMPANHA NAS REDES SOCIAIS

O dia 11 de setembro marcou o aniversário de dois meses dos protestos históricos do povo cubano contra os ataques econômicos e a opressão política impostos pela ditadura castrista na ilha e que resultaram nestas centenas de prisões.



Além de coletar assinaturas, exigindo a liberdade de presos políticos, há também uma ação nas redes sociais, principalmente no Twitter, da qual já participaram dezenas de companheiros e companheiras de diversos países, que estão exibindo fotos com cartazes exigindo a liberdade dos presos políticos.

É essencial que esta campanha democrática ganhe mais força, já que a solidariedade internacional é fundamental para mudar o destino dos presos e presas cubanos. Infelizmente, a maioria da esquerda, começando pelos chamados Partidos Comunistas, permanece em silêncio diante de um cerceamento inaceitável das liberdades democráticas básicas.

De nossa parte, junto com ativistas de outras organizações de esquerda, democráticas ou de direitos humanos, continuaremos lutando pela liberdade dos presos políticos cubanos. O direito de protestar por causas justas é inegociável.

COMO PARTICIPAR DA CAMPANHA?

Para assinar o abaixo-assinado, basta clicar no link abaixo. Não se esqueça de enviá-lo, também, para outros ativistas e personalidades comprometidas com as liberdades democráticas.

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/3EEBGYE

PARTICIPE USANDO O QR-CODE

Se quiser participar da campanha nas redes sociais, publique uma foto sua com um cartaz com os slogans: "11JCuba / Liberdade para os presos políticos" e marque com @LIT-CI, no Twitter, Instagram ou Facebook.



ZÉ KÉTI

A voz do morro cheia de opinião

WILSON HONÓRIO DA SILVA

Há exatos 100 anos, em 16 de setembro de 1921, nasceu José Flores de Jesus, que entrou para a história da música e da cultura brasileira com seu apelido de infância: Zé Kéti, derivado de Zé Quieto, em função de seu comportamento tímido.

Neto de um flautista e pianista e filho de um marinheiro que tocava cavaquinho, o garoto cresceu no Rio de Janeiro, sempre cercado pela musicalidade dos morros e da periferia, convivendo com bambas como Pixinguinha e Cândido das Neves. Sambista de primeira, Zé Kéti é considerado um dos grandes cronistas da vida nas favelas: "Todos os grandes sambas de Zé Kéti contam uma história do morro", lembrou o escritor Ruy Castro, em artigo publicado na "Folha de S. Paulo", em 16/01/2021.

Contudo, sua criatividade e atenção ao mundo que o cercava o levaram para muito além dos morros e das estações de rádio, tornando-o figura de destaque em filmes fundamentais do chamado Cinema Novo e, também, no espetáculo "Opinião", cuja história se confunde com a do golpe militar de 1964.



O SAMBA DOS MORROS GANHA AS TELAS DO CINEMA

No início da década de 1940, quando ainda trabalhava como peixeiro, Zé Kéti se juntou à ala dos compositores da Portela e nos anos seguintes compôs vários sucessos, como "Tio Sam no Samba" (composta com Felisberto Martins, em 1946, ironizando a crescente presença norte-americana no país), "Amor passageiro" e "Amar é bom", parceria com Jorge Abdala.

Sua carreira tomou um rumo um tanto inusitado em 1955, quando a genial "A voz do morro", considerado um dos melhores sambas de todos os tempos ("Eu sou o samba/ A voz do morro sou eu mesmo, sim, senhor/ Quero mostrar ao mundo que tenho valor/ Eu sou o rei dos terreiros...") integrou a trilha sonora de "Rio 40 graus", dirigido por Nelson Pereira dos Santos.

Filme inaugural do Cinema Novo, "Rio 40 graus" foi um dos primeiros a tentar voltar as câmeras para os morros e favelas sem preconceitos, dando "voz" para seus moradores. A parceria com o diretor foi retomada em 1957, com "Rio Zona Norte", onde o genial Grande Otelo interpreta um cantor e compositor bastante inspirado no próprio Zé Kéti, e "Boca de Ouro" (1962)

Na época não faltaram críticas de gente que acusou Zé Kéti de "dar as costas" para o morro e se voltar para a classe-média carioca. Uma crítica bastante despropositada e sectária, inclusive por desconsiderar o contexto histórico, quando eram exatamente os setores da intelectualidade, dos artistas e dos estudantes que, motivados pelos conflitos sociais que sacudiam o país e por projetos como os Centros Populares de Cultura (CPC), organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que estavam procurando se aproximar dos mais explorados e historicamente marginalizados.

O DESAFIO À DITADURA NO CENTRO DOS PALCOS

Felizmente, Zé Kéti não se deixou abater pelas críticas, contribuindo em outros filmes, como "A Falecida" (1965), de Leon Hirszman e "A Grande Cidade" (1966), de Carlos Diegues; e, ainda, se aproximou da turma da Bossa Nova, através de Carlos Lyra, compositor, músico e, então, diretor da UNE, com quem compôs "Samba da legalidade" ("Sou poeta popular / Dentro da legalidade / Ninguém pode me calar"), gravado por Nara Leão. Recentemente, sua filha Geisa Kétti sintetizou sua importância tanto ao levar o samba para além das fronteiras que o limitavam quanto na sua popularização.

"Zé Kéti fez com que o samba das comunidades e morros da zona norte conversasse com as outras artes. Foi a consagração do samba enquanto uma música de origem negra e menos privilegiada na época (...). Algo precisava ser feito além dos compositores ficarem ligados as escolas-de-samba de origem. Era preciso que as outras correntes artísticas valorizassem o samba e que as rádios, então tomadas pela música estrangeira, o tocassem", disse, em entrevista ao portal "O Tempo", em 14/09/2021.

Também foi com Nara (depois, substituída por Maria Bethania) que Zé Kéti protagonizou, ao lado de João do Vale, um dos espetáculos mais significativos dos anos 1960, o show "Opinião", idealizado pelo CPC, Oduvaldo Vianna Filho, Ferreira Gullar e Armando Costa, dirigido por Augusto Boal, e considerado um dos primeiros trabalhos artísticos em oposição ao regime militar, pois foi lançado em dezembro de 1964.

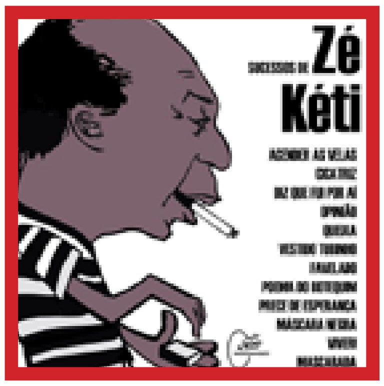


São de Zé Kéti as músicas "Diz que fui por aí", "O Favelado", "Nega Dita", "Cicatriz" e o samba-título ("Podem me prender / Podem me bater / Podem, até deixar-me sem comer / Que eu não mudo de opinião / Daqui do morro / Eu não saio"), cujo impacto pode ser medido pelo fato de ter inspirado os nomes de um jornal de esquerda, um teatro, o grupo teatral que encenou a peça e o segundo álbum de Nara.

UMA VOZ QUE NUNCA SERÁ CALADA

São dele, também, algumas das músicas que, literalmente, fazem parte da trilha sonora de nossas vidas, como "Máscara Negra" ("Tanto riso, oh quanta alegria..."), gravada por Dalva de Oliveira, "Acender as velas" ("Acender as velas / Já é profissão / Quando não tem samba / Tem desilusão"), interpretada, dentre outros, por Elis Regina, e, também "Diz que fui por aí" ("Se alguém perguntar por mim / Diz que fui por aí / Levando um violão / debaixo do braço")

E se não bastasse tudo isto, também devemos a ele o "batismo" do bancário transformado em sambista Paulo César, que Zé Kéti conheceu na casa noturna Zicartola (de Cartola e



Dona Zica), e passou a chamar de Paulinho da Viola, com que formou, em 1962, o conjunto "A Voz do Morro", juntamente com Elton Medeiros, Anescarzinho do Salgueiro, Jair do Cavaquinho, José da Cruz, Oscar Bigode e Nelson Sargento.

Como muitos outros dos nossos grandes artistas negros, Zé Kéti, que além de tudo havia sido "marcado" pela ditadura, viveu um período no limbo. Uma situação agravada por um derrame cerebral, em 1987. Mas nem isso o conteve. Em 1996, lançou o CD "75 anos de samba" e participou de um show com a Velha Guarda da Portela e Marisa Montes.

Três anos depois, em 14 de novembro, Zé Kéti faleceu aos 78 anos. O fato de seu centenário, apesar da pandemia, estar sendo celebrado com exposições, shows e relançamentos é prova de Zé Quietinho continua fazendo barulho. Mas, a maior prova disto é, mesmo, o fato de que suas músicas explodem em qualquer roda de samba e pagode do país.

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/3KAQ2RA